

CULTURA CAIÇARA EM BOIÇUCANGA: IDENTIDADE, RESISTÊNCIA E SUSTENTABILIDADE NO CONTEXTO DO ODS 14 – VIDA NA ÁGUA

Jaqueline Batista de Oliveira Sousa (Universidade de Taubaté)

Prof.^a Dra. Andreia Fogaça Rodrigues Maricato (Universidade de Taubaté)

Prof. Dr. Edson Trajano Vieira (Universidade de Taubaté)

Resumo

Este artigo analisa a cultura caiçara no bairro de Boiçucanga, município de São Sebastião (SP), destacando a pesca artesanal como prática de identidade, resistência e sustentabilidade no contexto do ODS 14 – Vida na Água. A comunidade caiçara, formada historicamente pela miscigenação de indígenas, portugueses e africanos, preserva modos de vida fortemente vinculados ao mar e à Mata Atlântica, ainda que sob crescente pressão do turismo predatório, da especulação imobiliária e da precariedade de infraestrutura urbana. A pesquisa, de caráter bibliográfico e documental, articula referenciais teóricos clássicos (Diegues, Siqueira, Haesbaert, Rolnik e Maricato) com dados oficiais do IBGE (Censo Demográfico 2022) e da CETESB (Relatório de Qualidade das Praias 2022), além de documentos institucionais da Prefeitura de São Sebastião e do Plano de Gestão Integrada (PGI, 2022). Os resultados evidenciam que, apesar de a pesca artesanal apresentar menor impacto ambiental e contribuir para a conservação dos ecossistemas costeiros, a comunidade caiçara encontra-se vulnerável diante de processos de desterritorialização e segregação socioespacial. O estudo reforça que práticas tradicionais como a pesca artesanal não devem ser vistas apenas como atividades de subsistência, mas como patrimônio cultural e ecológico de relevância regional, cuja preservação é estratégica para o cumprimento das metas globais de sustentabilidade e para a construção de políticas públicas mais inclusivas e justas.

Palavras-chave: Cultura caiçara; territorialização; Boiçucanga; ODS 14; pesca artesanal.

Introdução

A formação do território do Litoral Norte de São Paulo remonta o período colonial, quando as navegações portuguesas atravessaram o canal da cidade e avistaram a pequena porção de terra, que ganhou o nome de São Sebastião em

homenagem ao santo católico que se comemorava aquele dia, 20 de janeiro de 1502 (IBGE, 2022). A coroa portuguesa implantou o sistema de Capitanias Hereditárias para consolidar a colonização das terras recém tomadas. Tais capitanias eram subdivididas em sesmarias, e para ter direito ao acesso à terra da Coroa, o sesmeiro deveria pertencer à fé cristã além de torná-la produtiva (Debs, 2023). A vila de São Sebastião foi oficialmente fundada em 1636 e elevada à condição de cidade pela Lei Provincial n.º 20-04-1875.

Inicialmente habitado por povos indígenas das etnias Tupinambás (ao norte) e Tupiniquins (ao sul), o território desenvolveu-se entre as encostas da Serra de Boiçucanga, que servia como limite natural (Ressurreição, 2002). Para Diegues (2004), o povo caiçara é formado pela miscigenação entre povos indígenas já extintos, europeus de diversos países e negros, que após os vários ciclos econômicos na época do Brasil Colônia, foram isolados na faixa territorial entre o mar e a serra, que se estende do sul do Paraná até o centro do Rio de Janeiro.

No Litoral Norte de São Paulo, as comunidades caiçaras remanescentes desempenham papel central na configuração do território e na cultura da região, configurando-se como agentes de resistência ao manter os modos de vida que se articulam em torno da pesca artesanal, do trabalho coletivo além da relação direta com o mar, de onde retiram o sustento familiar e praticam as atividades religiosas, como a procissão de São Pedro Pescador.

Em Boiçucanga, bairro da Costa Sul do município de São Sebastião, tais práticas se concentram na Barra dos Pescadores, espaço que reúne atividades produtivas, rituais religiosos e sociabilidade comunitária. Contudo, esse patrimônio cultural enfrenta pressões resultantes da especulação imobiliária, do turismo de massa e das transformações urbanísticas recentes. O deslocamento de populações tradicionais da orla para áreas periféricas e vulneráveis reflete um processo de marginalização que compromete a reprodução da cultura caiçara (Siqueira, 2019).

Nesse contexto, a Agenda 2030 da ONU, particularmente o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 14 (ODS 14 – Vida na Água), oferece um marco analítico relevante, ao propor a conservação e o uso sustentável dos recursos marinhos e costeiros, o ODS 14 dialoga diretamente com a prática da pesca artesanal

e com a necessidade de assegurar condições de permanência das comunidades tradicionais.

Referencial Teórico

A cultura caiçara se constitui de um encontro de saberes que englobam as matrizes indígenas, portuguesas e africanas, fruto da miscigenação brasileira (Diegues, 2004). É entendida como patrimônio vivo, cuja transmissão do saber se dá pela oralidade, repassando de geração a geração, com modos de vida singulares que se estendem do litoral do Paraná até o Rio de Janeiro.

A relação das comunidades com o território, em especial com o mar, os rios e a Mata Atlântica, torna-se uma característica marcante da cultura, que configuram não apenas o ambiente físico, mas também a base simbólica e identitária das comunidades.

Um dos elementos destaques da cultura caiçara é a pesca artesanal, que é exercida com canoas e redes confeccionadas de forma tradicional pelos próprios pescadores e também os mutirões comunitários, conhecidos como puxirões ou ajudatórios, que expressam a solidariedade entre vizinhos. Essa relação direta com o mar, os rios e os cuidados com a natureza, é uma forma a garantir o tripé da sustentabilidade: econômico, social e ambiental.

Em virtude disto, os pescadores são subordinados às legislações de proteção ambiental, como as épocas do defeso do camarão das seguintes espécies: camarões rosas, sete-barbas, branco, santana ou vermelho e barba-ruça, no período de 28 de janeiro a 30 de abril de cada ano, conforme Portaria SAP/MAPA nº 656/2022.

A agricultura de subsistência, antes marcada pela prática da coivara, cultivo da mandioca para fazer a farinha nas casas de farinha da região, que consistia na derrubada de parte da floresta nativa ou de capoeira alta que, em seguida, era deixada para secar, após a secagem, era realizada a queimada dos tocos e restos de troncos. A plantação das roças ocorria nessas clareiras, durante um período de dois a três anos. Devido ao processo danoso ao solo, as coivaras eram abandonadas, sendo visitadas, apenas, para a coleta de frutos (IPHAN, 2014).

Figura 1: Feitio de farinha de mandioca



Fonte: Patrimônio Histórico de São Sebastião, foto Agnello Ribeiro dos Santos, 1920.

Entre as manifestações culturais e religiosas, os caiçaras possuem forte vínculo com a dança, como o fandango caiçara, reconhecido pelo IPHAN como patrimônio cultural imaterial do Brasil em 2012, através do processo administrativo nº 01450.014268/2008-59. O fandango caiçara é uma forma de expressão cultural musical, com coreografias típicas, utilizando poesia e festividade, e faz parte do cotidiano das comunidades tradicionais litorâneas. Trata-se de uma manifestação complexa, na medida em que articula dimensões do trabalho, do lazer, da religiosidade, da música e da dança, incorporando ainda elementos de prestígio social, rivalidades e transmissão de saberes (IPHAN, 2012).

Os bailes, como são denominados os encontros em que o Fandango ocorre, configuram-se como espaços privilegiados de sociabilidade e de transmissão cultural, nos quais se estabelecem redes de trocas intergeracionais, de instrumentos, afinações, modas e passos. Assim, mais do que uma atividade festiva, o Fandango Caiçara constitui um marco identitário e de sociabilidade, reafirmando a memória coletiva e a continuidade da cultura caiçara ao longo do tempo (IPHAN, 2012).

Figura 2: roda de dança do fandango caiçara



Fonte: IPHAN, 2012.

Outra festividade religiosa é a procissão de São Pedro, padroeiro dos pescadores, comemorado no dia 4 de julho. Por fim, o artesanato tradicional, em especial a produção de canoas e redes, também integra esse conjunto de práticas (Diegues, 2004).

As práticas produtivas na cultura caiçara, expressam uma forma de ocupação e de sentido do território. Segundo Haesbaert (2004), o território deve ser compreendido como um espaço de identidades múltiplas, onde se manifestam permanências e disputas. Nesse sentido, a cultura caiçara se constitui como processo de territorialização que reafirma vínculos sociais e ecológicos, resistindo às pressões de desterritorialização impostas pela especulação imobiliária, pelo turismo predatório e pela urbanização excludente.

Rolnik (2015) defende que a produção do espaço urbano no Brasil é permeada por uma lógica de segregação estrutural, na qual o direito à cidade é sistematicamente negado às populações negras, periféricas e empobrecidas, reforçando a marginalização espacial e a reprodução das vulnerabilidades sociais, reforçando a ideia de que o território originalmente ocupado pela população caiçara, sofre com as pressões do capitalismo que financeiriza a terra de cultivo e a transforma em lugar de

segregação, dizimando os modos de vida tradicionais e invisibilizando aos poucos a cultura local dos caiçaras. A financeirização da terra e da moradia, denominada por Rolnik (2015) como a “guerra dos lugares”, gera disputa desigual entre capital imobiliário e comunidades locais. Em Boiçucanga, essa guerra se materializa na coexistência contrastante entre condomínios de luxo à beira-mar e as áreas ocupadas pelos caiçaras, frequentemente vulneráveis a riscos ambientais, em menor extensão territorial.

Para preservar a cultura caiçara, Diegues (2004) observa que a pesca artesanal e os saberes caiçaras devem ser reconhecidos como formas tradicionais de manejo ambiental que contribuem para a sustentabilidade costeira. Essa prática dialoga diretamente com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 14 (ODS 14 – Vida na Água), especialmente ao promover o uso sustentável dos recursos marinhos e garantir a reprodução social das comunidades pesqueiras.

Assim, compreender a cultura caiçara é reconhecer sua importância como identidade territorial, como prática de resistência e como estratégia de sustentabilidade. Trata-se de um patrimônio cultural que, embora ameaçado pelas dinâmicas de mercado, mantém-se como referência fundamental para pensar políticas públicas voltadas à conservação ambiental e ao desenvolvimento sustentável do litoral brasileiro.

Figura 3: confecção de redes de pesca rancho ponta do jardim



Fonte: Patrimônio Histórico de São Sebastião, foto de Alvaro Doria Orselli, 1959.

Siqueira (2019) chama atenção para o que denomina de “extermínio do povo caiçara”, evidenciando o deslocamento compulsório dessas populações em função da especulação imobiliária e do turismo. A mudança na ocupação da orla marítima, antes tomada por casas de taipa e ranchos de pescadores, cede lugar aos condomínios de luxo e a valorização da orla marítima, o que levam à expulsão silenciosa de famílias tradicionais, processo que desestrutura práticas culturais e enfraquece a permanência no território.

A marginalização dos pescadores caiçaras, fato que não se explica apenas pela modernização das técnicas de pesca ou pela inserção parcial nos mercados consumidores, mas como um processo de perda de autonomia sobre o território e na invisibilidade social de seu trabalho, constantemente desvalorizado frente ao turismo e ao capital imobiliário que se expandem sobre a orla. Somado a isso, existe ainda o iminente perigo à economia de subsistência, bem como a sobrevivência de uma identidade cultural profundamente ligada ao mar e ao espaço costeiro (Siqueira, 2019).

Para Haesbaert (2004), as comunidades vivem simultaneamente em diferentes territórios, ou seja, o território da tradição e o território imposto pela lógica do capital. No caso caiçara, há uma disputa entre a permanência no espaço de origem e a pressão de forças externas que os empurram para áreas periféricas e ambientalmente mais frágeis.

Um importante mecanismo é o reconhecimento da pesca artesanal como um conhecimento ecológico tradicional e não meramente como uma prática de subsistência, como assevera Diegues (2004). Esse saber, transmitido entre gerações, garante formas sustentáveis de manejo dos recursos marinhos e dialoga diretamente com o ODS 14 da Agenda 2030, sobretudo em metas como a 14.2 (proteção de ecossistemas marinhos), a 14.4 (combate à sobrepesca) e a 14.b (garantia de acesso dos pescadores artesanais aos recursos). Ao olhar para Boiçucanga, percebe-se que a continuidade da pesca artesanal é não só um ato de resistência cultural, mas também uma contribuição concreta para a sustentabilidade costeira.

Maricato (2011) relaciona a desigualdade socioespacial à lógica de produção das cidades brasileiras, pois o modelo urbano privilegia os interesses do mercado,

relegando comunidades de baixa renda a áreas de risco ou de menor valorização. Essa análise se aplica ao Litoral Norte, onde as comunidades caiçaras são empurradas para espaços de vulnerabilidade, enquanto as áreas nobres são destinadas a empreendimentos de alto padrão.

Assim, a cultura caiçara vai além da preservação cultural, mas engloba um conjunto de processos que envolvem disputa territorial em que a pesca artesanal, símbolo maior de identidade e sustentabilidade, é também a prática que conecta o local às metas globais do ODS 14, de forma que a preservação da cultura caiçara é também um caminho estratégico para o desenvolvimento sustentável do Litoral Norte paulista.

Metodologia

A pesquisa foi desenvolvida com base em revisão bibliográfica e análise documental, articulando referenciais teóricos clássicos sobre cultura, território e urbanização com dados empíricos de fontes oficiais. Foram mobilizados autores como Diegues (2004), Siqueira (2019), Haesbaert (2004), Maricato (2011) e Rolnik (2015), que fornecem suporte conceitual para compreender a territorialização caiçara e os processos de desigualdade socioespacial no litoral norte paulista.

No campo documental, foram analisados dados secundários disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), especialmente os resultados preliminares do Censo Demográfico, que permitem caracterizar a população de São Sebastião e identificar tendências migratórias relevantes para a compreensão da dinâmica local. Também foram incorporados os relatórios da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB, 2022), que monitoram a balneabilidade e a qualidade das águas litorâneas, fundamentais para avaliar a sustentabilidade ambiental e os impactos do saneamento básico sobre as comunidades tradicionais. Além disso, o Plano de Gestão Integrada (PGI, 2022) e documentos institucionais da Prefeitura de São Sebastião complementaram o conjunto de dados, fornecendo informações sobre políticas de ordenamento territorial e regularização fundiária.

A combinação de análise bibliográfica e documental possibilitou construir um panorama crítico da realidade de Boiçucanga, conectando as práticas tradicionais da pesca artesanal aos desafios contemporâneos de urbanização, saneamento e sustentabilidade, em diálogo com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), em especial o ODS 14 – Vida na Água.

Foram utilizadas ferramentas de inteligência artificial como ChatGPT (versão GPT-5), desenvolvida pela OpenAI, para revisão textual, organização de referências bibliográficas e organização do conteúdo para atingir uma linha de argumento lógica na sequência entre os assuntos abordados, utilizada de forma crítica e sob supervisão da pesquisadora.

Resultados e Discussão

Boiçucanga é um nome derivado da língua tupi-guarani, e significa “cobra da cabeça grande”, o bairro possui uma geografia que remete ao desenho de uma cobra. A serra de Boiçucanga servia como limite territorial entre as tribos indígenas, pois antes da colonização portuguesa, a região era ocupada por índios Tupinambás ao norte (vindos de Bertioga) e Tupiniquins ao sul. Historicamente, Boiçucanga foi ocupada por famílias caiçaras que estruturaram sua economia e sociabilidade em torno da pesca artesanal e de práticas comunitárias (Prefeitura de São Sebastião, 2019).

Figura 4: Imagem da praia e da serra de Boiçucanga



Fonte: Patrimônio histórico de São Sebastião, foto de Agnello Ribeiro dos Santos, 1920.

O Plano de Gestão Integrada da Orla (PGI 2022) realizou o mapeamento das praias do município, e dividiu em 5 Unidades de Planejamento (UPs), sendo que a Praia de Boiçucanga está localizada na UP nº 4, que engloba também a praia de Camburi.

O PGI descreve a importância do bairro para a cultura caiçara, ao identificar a preservação do modo de vida local:

A Barra de Boiçucanga é uma comunidade de pescadores antiga e consolidada que ocupa a barra do rio e, em meio à ocupação urbana do entorno, manteve as características de vila caiçara bastante marcadas. Ali, os pescadores disputam espaço com marinas e comércios e possuem embarcações maiores que permitem navegação mais distante e consórcio das atividades de pesca com passeios de turista. Na comunidade de pescadores de Boiçucanga, há fortes resquícios da cultura tradicional caiçara, com grupos de música, contação de histórias, registros literários, confecção de artesanato (com caxeta, taboa, bambu e madeira em geral) e o costume de realizar a Festa do Pescador em dia de São Pedro com procissão no mar (PGI, 2022).

A pesca artesanal praticada no litoral norte paulista caracteriza-se por sua diversidade e pela baixa mobilidade, sendo realizada predominantemente em áreas costeiras e ao redor de ilhas. Trata-se de uma atividade multiespécie, cuja captura varia conforme a sazonalidade, incluindo espécies como anchova, galo, robalo, linguado, namorado e olho-de-boi. As técnicas mais empregadas são o cerco flutuante e a rede de espera, embora também seja comum o uso da linha de mão, que, além das espécies citadas, possibilita a captura de lulas, especialmente no verão. Complementarmente, alguns caiçaras praticam o mergulho e a caça submarina, o que amplia o espectro de recursos explorados (PGI, 2022)

Grande parte dos pescadores tem na pesca sua principal fonte de subsistência, ainda que alguns associem a atividade à maricultura ou à comercialização direta do pescado em quiosques instalados na própria praia, como ocorre em Toque Toque Grande e Paúba. Observa-se, contudo, que muitos complementam sua renda por meio de trabalhos sazonais e de serviços vinculados ao setor turístico, atuando como caseiros, jardineiros, guias de passeios, prestadores de serviços de aluguel de embarcações ou comerciantes durante a temporada de verão (PGI, 2022).

Essa prática, diferentemente da pesca industrial em larga escala, apresenta menor impacto ambiental, por estar baseada no uso equilibrado dos recursos naturais. Conforme argumenta Diegues (2004), o manejo tradicional caiçara alia uso e conservação, demonstrando que a sustentabilidade pode emergir de práticas culturais seculares. Além disso, a pesca artesanal fortalece os vínculos sociais, já que no rancho, os pescadores compartilham técnicas, histórias e refeições coletivas, transformando o espaço produtivo em território de sociabilidade.

A Barra dos Pescadores consolidou-se como espaço central para a produção e reprodução cultural. Atualmente, no local está instalado o Rancho dos pescadores Mestre Gil, construído em 2022 (Prefeitura de São Sebastião, 2022) que sedia a Associação dos Pescadores de Boiçucanga (APB), fundada em 2019.

O rancho dos pescadores é uma infraestrutura importante de manutenção da cultura caiçara, local onde os pescadores guardam os petrechos de pesca, redes, materiais de manutenção dos barcos, além de reunir os associados da Associação de Pescadores de Boiçucanga.

Figura 4: Imagem do Rancho dos Pescadores de Boiçucanga -Mestre Gil



Fonte: acervo da autora, 2025.

No local ocorrem as festividades, como o dia do caiçara, comemorado no dia 15 de março, onde realizam as festividades como o fandango caiçara, venda de artesanato, além da convivência entre as gerações como manutenção dos saberes tradicionais.

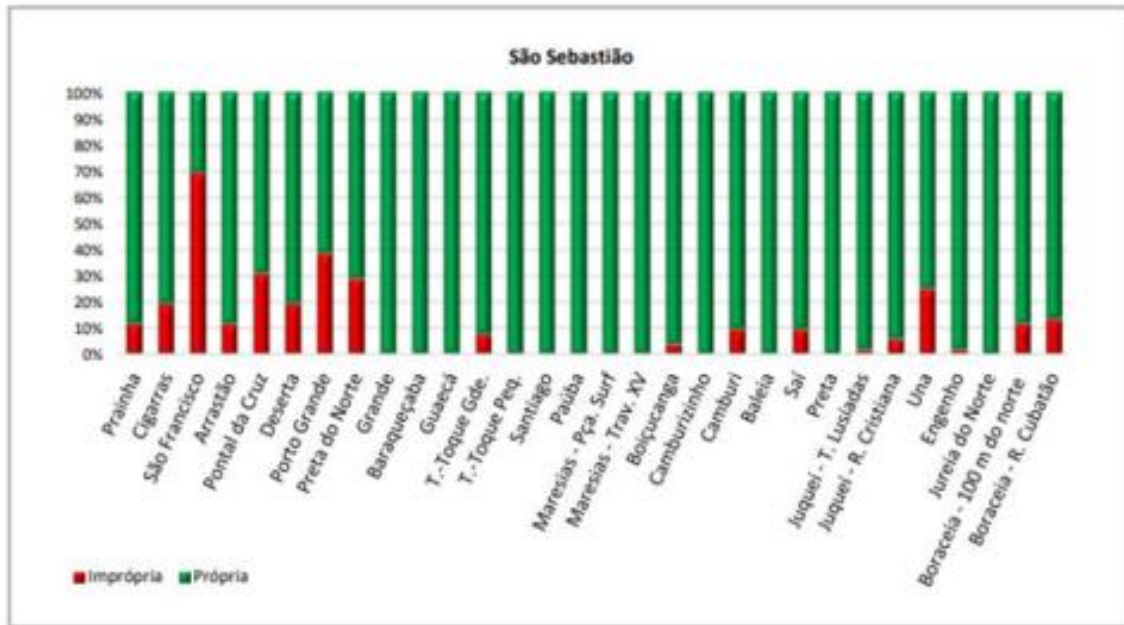
Assim, considerando que o mar é a principal fonte de renda dos pescadores, importante destacar que a qualidade da água influencia diretamente o trabalho do caiçara pescador. Nesse sentido, a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB) realiza o monitoramento sistemático da qualidade da água destinada à recreação de contato primário no litoral paulista. No município de São Sebastião, são avaliados 30 pontos de amostragem distribuídos em 27 praias, sendo que Juquehy, Boraceia e Maresias possuem dois pontos cada.

De acordo com o Relatório de Qualidade das Praias Litorâneas do Estado de São Paulo (CETESB, 2022), 37% das praias monitoradas no município apresentaram classificação anual “Boa”. No mesmo ano, 3% dos pontos de amostragem foram classificados como “Ótimos” e 37% como “Bons”, perfazendo um total de 40% considerados “Próprios” ao longo de todo o período. Os demais pontos receberam as seguintes classificações: 47% “Regulares”, 10% “Ruins” e 3% “Péssimos”. Assim, verifica-se que 40% das praias de São Sebastião foram classificadas como próprias para banho em 2022, com destaque para as categorias “Ótimo” e “Bom”.

O parâmetro básico utilizado pela CETESB para a classificação da qualidade da água é a presença de contaminação por esgoto sanitário, embora também sejam considerados fatores complementares como intensidade do fluxo turístico, condições das marés e ocorrência de chuvas.

De modo geral, observa-se que as praias do município apresentam boa qualidade da água, com destaque positivo para as praias Grande, Guaecá, Toque-Toque Grande, Santiago, Maresias (Travessa XV) e Juquehy, todas localizadas na região sul. Em contrapartida, as praias de São Francisco, Pontal da Cruz, Preta do Norte e Porto Grande, situadas na região norte, registraram os maiores percentuais de impropriedade no mesmo período.

Figura 5: Porcentagem de tempo em situação Própria ou Imprópria por praia em 2022 no município de São Sebastião

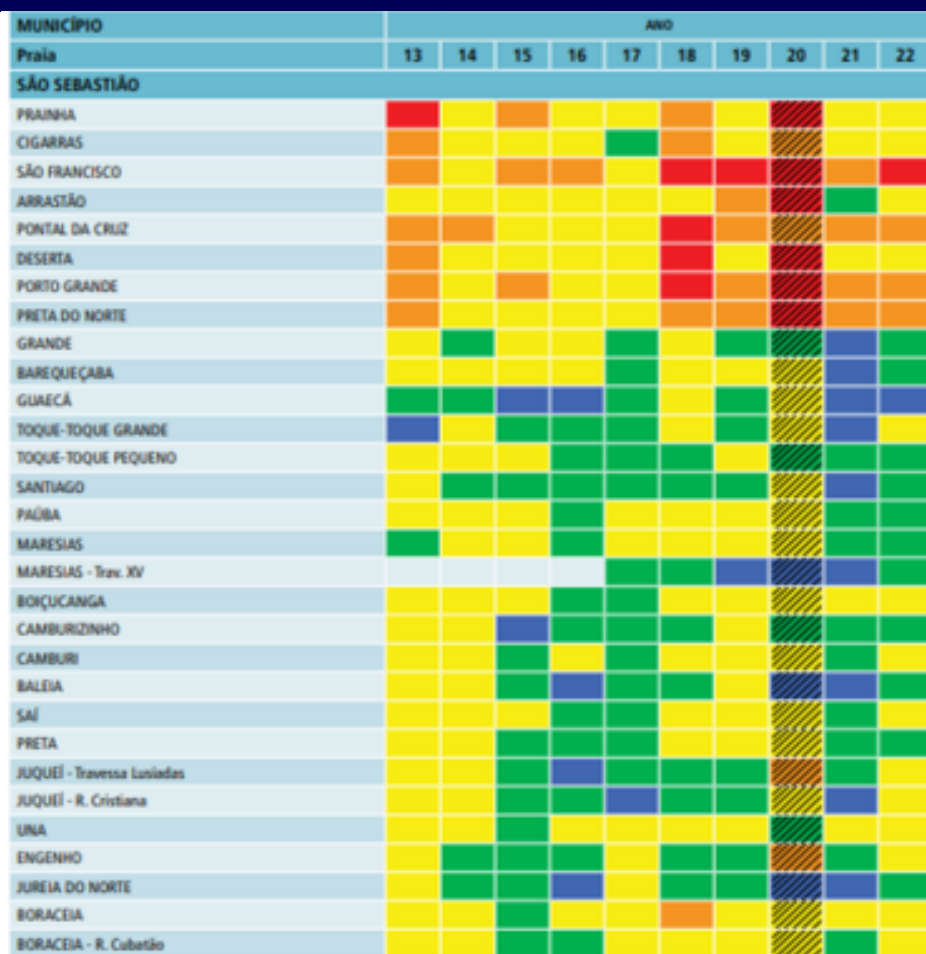


Fonte: Cetesb, 2022.

Como visto, Boiçucanga não está entre as praias que apresentam melhor balneabilidade, o que reflete diretamente na qualidade do pescado, porém, não está relacionada entre as praias com pior desempenho de contaminação, sendo portanto caracterizada como média balneabilidade, ressaltando que no ano de 2022, permaneceu imprópria menos de 10% do ano.

A série histórica, cujo recorte temporal é de 2013 a 2022, indica que mais da metade das praias de São Sebastião estiveram nas categorias “Ótima” e “Boa”, com tendência de crescimento do número de praias classificadas como “Ótimas”, o que evidencia redução significativa das densidades de bactérias fecais nas águas costeiras.

Figura 6: Histórico de balneabilidade das praias de 2013 a 2022



Legenda: Ótima (Azul) Boa (Verde) Regular (Amarelo) Ruim (Laranja) Péssima (Vermelho)
Obs. Em 2020, a classificação anual foi calculada a partir de resultados de amostragens executadas num número menor de semanas, devido à pandemia da COVID-19, devendo-se evitar comparações diretas com os anos anteriores.

Fonte: Cetesb, 2022.

Contudo, dada a análise do recorte temporal (2013 a 2022), nota-se que Boiçucanga, nunca atingiu o status de “ótima” balneabilidade (cor azul), tendo sido classificada como “boa” (cor verde) em apenas dois anos (2016 e 2017), e na média, apresenta o grau de balneabilidade regular (cor amarela) nos demais anos analisados.

Por fim, a comparação regional entre os quatro municípios do Litoral Norte paulista (Ubatuba, Caraguatatuba, Ilhabela e São Sebastião) demonstra que, em 2022, São Sebastião apresentou o maior percentual de pontos considerados “Próprios” (“Ótimos” + “Bons”), consolidando-se como o município com melhor desempenho em termos de balneabilidade no período analisado (Cetesb, 2022).

Tal cenário é evidenciado pela falta ou pouca cobertura de saneamento básico, pois na cidade de São Sebastião, 63,2% da população afasta seus esgotos por meio

de rede geral, rede pluvial ou fossa ligada à rede. Outros 21.040 domicílios utilizam fossa séptica ou fossa filtro não ligada à rede e 395 com outras soluções (IBGE, 2022).

Ao relacionar a pesca artesanal de Boiçucanga com o ODS 14 – Vida na Água, torna-se evidente a importância dessa prática para a sustentabilidade costeira. A gestão coletiva dos ranchos e a atuação da Associação de Pescadores de Boiçucanga representam estratégias de resistência frente às ameaças externas. Por meio delas, a comunidade busca não apenas defender o acesso à orla, mas também garantir condições dignas de trabalho, inserir-se em mercados locais e promover o turismo de base comunitária.

Essa articulação reforça a leitura de Haesbaert (2004) sobre a multiterritorialidade: o caiçara vive simultaneamente no território da tradição e no território do capital, negociando sua permanência e identidade em meio a pressões externas. Nesse contexto, proteger a pesca artesanal não é apenas conservar uma prática econômica, mas assegurar o direito à territorialidade e à reprodução cultural de uma comunidade historicamente marginalizada.

Considerações finais

A análise da cultura caiçara em Boiçucanga evidencia sua relevância como patrimônio vivo, capaz de articular identidade, resistência e sustentabilidade.

A centralidade da Barra dos Pescadores, as práticas de pesca artesanal e os modos de vida comunitários revelam contribuições significativas para a preservação dos ecossistemas costeiros e para o cumprimento das metas globais do ODS 14.

Todavia, as pressões territoriais exercidas pelo capital imobiliário e pelo turismo predatório fragilizam essa cultura, deslocando populações e aprofundando desigualdades socioespaciais.

Reconhecer a cultura caiçara como estratégia de sustentabilidade é, portanto, fundamental para garantir justiça social, preservação ambiental e fortalecimento identitário no litoral norte paulista.

Figura 7: Foto da Barra dos Pescadores de Boiçucanga



Fonte: Patrimônio Histórico de São Sebastião, foto de Agnello Ribeiro dos Santos, 1920.

Entretanto, transformações recentes impactaram significativamente esse território. O avanço de condomínios de luxo, a valorização imobiliária da orla e a expansão do turismo predatório resultaram na expulsão gradual de populações tradicionais, que passaram a ocupar áreas periféricas, em condições de maior vulnerabilidade socioambiental.

Na Avenida Walkir Vergani, que margeia a orla marítima de Boiçucanga, a média do valor do metro quadrado é de R\$600,00, conforme estipulado na Planta Genérica de Valores do município pela Lei Complementar 167/2013.

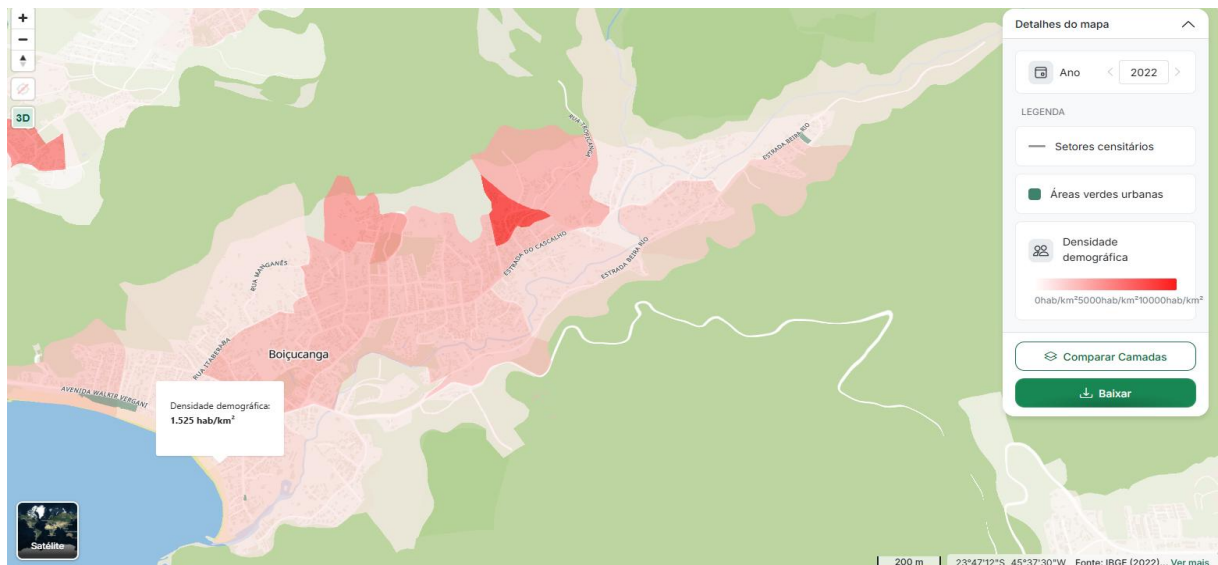
Figura 8: Mapa de Boiçucanga



Fonte: Google Earth, 2023.

Devido às pressões exercidas pela especulação imobiliária e pelo turismo de massa, há ameaça na continuidade dessas práticas, comprometendo tanto a sustentabilidade ambiental quanto a reprodução cultural. Para tanto, importante comprar a densidade demográfica em Boiçucanga, dado que representa o número de habitantes por quilômetro quadrado em cada setor censitário urbano (IBGE, 2022).

Figura 9: densidade demográfica de Boiçucanga



Fonte: Urbverde, 2022.

Como visto, a densidade demográfica de Boiçucanga na orla da praia está em cerca de 1525 habitantes por quilometro quadrado, local onde se situam as casas de veraneio e de ocupação ocasional, o que demonstra a disparidade entre a terra ocupada pelos caiçaras e pelo turismo.

Ressalte-se também que na praia de Boiçucanga, no canto sudoeste, o rio de mesmo nome, local com presença de diversas marinas e do rancho comunitário de pescadores artesanais locais, ocorrem conflitos de usos e desordenamento, que inclui a presença de diversas embarcações tanto na praia quanto em outros locais públicos, como na principal rua de acesso, o que por si só gera impacto na manutenção do modo de vida caiçara e sua pesca artesanal.

Diegues (2004), reforça portanto que os saberes caiçaras constituem patrimônio vivo que contribui não apenas para a reprodução social, mas também para o manejo sustentável dos recursos naturais. Esse aspecto revela a conexão direta entre identidade cultural e sustentabilidade ambiental.

A cultura caiçara de Boiçucanga se expressa em práticas como a pesca artesanal, a culinária típica baseada em frutos do mar, os mutirões comunitários e as festas religiosas, como a de São Pedro, padroeiro dos pescadores. Tais práticas constituem formas de resistência frente às pressões externas, reafirmando identidades locais.

Por fim, a prática da pesca artesanal em Boiçucanga contribui diretamente para diversas metas do ODS 14, incluindo:

- Meta 14.2: gestão sustentável de ecossistemas marinhos e costeiros;
- Meta 14.4: combate à sobrepesca e recuperação de estoques pesqueiros;
- Meta 14.b: garantia de acesso dos pescadores artesanais de pequena escala aos recursos marinhos e mercados.

Referências

COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (CETESB). **Relatório de Qualidade das Praias Litorâneas no Estado de São Paulo – 2022**. São Paulo: CETESB, 2023. Disponível em: <<https://cetesb.sp.gov.br>>. Acesso em: 28 set. 2025.
DEBS, Martha El; JUNIOR, Isaias Gomes Ferro. **Registro de imóveis**. 2ª ed. Juspodivm, 2023.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. **O mito moderno da natureza intocada**. 6. ed. São Paulo: Hucitec/Nupaub, 2004.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do 'fim dos territórios' à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2022**: resultados preliminares. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 28 set. 2025.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Fandango Caiçara: celebração registrada como patrimônio cultural do Brasil**. Brasília: IPHAN, 2012. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br>>. Acesso em: 28 set. 2025.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Sistema Agrícola Tradicional da Coivara dos Caiçaras de Ubatuba**. Brasília: IPHAN, 2014. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br>>. Acesso em: 28 set. 2025.

MARICATO, Ermínia. **O impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2011.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Nova Iorque: ONU, 2015. Disponível em: <<https://brasil.un.org/>>. Acesso em: 28 set. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO. **Portal oficial do município de São Sebastião**. São Sebastião: Prefeitura, 2023. Disponível em: <<https://www.saosebastiao.sp.gov.br>>. Acesso em: 28 set. 2025.
RESSURREIÇÃO, Rosângela Dias da.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. São Paulo: Boitempo, 2015.
São Sebastião – Transformações de um povo caiçara. São Paulo: Edusp, 2002. (Memória dos Municípios Brasileiros, v. 1).

SÃO SEBASTIÃO. **Plano de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos do Município de São Sebastião – PGI. São Sebastião: Prefeitura Municipal de São Sebastião, 2022**. Disponível em: <<https://www.saosebastiao.sp.gov.br>>. Acesso em: 28 set. 2025.

SIQUEIRA, Priscila. **O extermínio dos caiçaras**. São Paulo: Scortecci, 2019